

Empreiteiras pagaram a deputado

ÉZIO FERREIRA TERIA RECEBIDO US\$ 560 MIL EM PROPINAS E DEPÕE AMANHÃ À CPI

O deputado Ézio Ferreira (PFL-AM) recebeu, nos últimos cinco anos, cerca de US\$ 560 mil de empreiteiras que atuam no Amazonas. A CPI do Orçamento descobriu que os depósitos nesse valor em sua conta corrente correspondem ao pagamento de propinas pela aprovação de emendas ao Orçamento da União, apresentadas para obras de saneamento patrocinadas pela Prefeitura de Manaus. O movimento bancário total de Ézio Ferreira é de US\$ 18 milhões. Ele deverá depor amanhã.

O recebimento de US\$ 560 mil de empreiteiras coloca o deputado Ézio Ferreira na condição de "tubarão branco", segundo definição do senador Ney

Maranhão (PRN-PE) para aqueles que se beneficiaram do dinheiro público de forma irregular. A CPI já havia quebrado o sigilo bancário de Ézio Ferreira porque o deputado tinha sido citado pelo ex-diretor do Orçamento da União José Carlos Alves dos Santos como um dos implicados na manipulação de verbas do Orçamento.

Mas só no final de seus trabalhos a CPI conseguiu avaliar o alcance do envolvimento do deputado do Amazonas. Suas emendas ao Orçamento estavam na média da maioria dos parlamentares. O que despertou a curiosidade dos integrantes da CPI foi o grande patrimônio dele. Quando um cheque da Construtora Tocantins Ltda., de 29

de junho de 1992, que corresponde a US\$ 47 mil, chegou à subcomissão de bancos, foi possível fechar o círculo. Verificou-se que Ézio Ferreira foi o autor da emenda que beneficiou a construtora e brigou para que a verba fosse liberada.

A nota de empenho para a liberação dos US\$ 160 mil da obra foi assinada no dia 26 de junho de 1992. Três dias depois, US\$ 47 mil estavam na conta do deputado, por intermédio de um cheque administrativo comprado ao Banco do Estado do Amazonas. Ézio Ferreira recebeu ainda dinheiro de outras construtoras que atuam no Amazonas: Castor Engenharia, US\$ 365 mil; Rodal Construções, US\$ 8,2 mil; Solo Planeja-

mento, US\$ 59 mil e US\$ 80 mil.

Faltando apenas cinco dias para que as subcomissões entreguem o relatório parcial ao relator-geral, Roberto Magalhães (PFL-PE), seus coordenadores já conseguiram identificar alguns detalhes do esquema na corrupção do Orçamento. De acordo com a subcomissão de emendas, a Comissão de Orçamento era controlada por 26 parlamentares. Eles eram chefiados pelo deputado João Alves (sem partido-BA), que tinha, logo abaixo, os deputados Cid Carvalho (PMDB-MA), Genivaldo Correia (PMDB-BA) e José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG).

Elza Pires e

João Domingos/AE